



ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

NOME _____

INSCRIÇÃO _____

Após a autorização do fiscal, transcreva, no local indicado na Folha de Respostas, a seguinte frase:
A participação eleitoral é um dever cívico que contribui para o futuro do país.

Nível

SUPERIOR

Turno

MANHÃ

PROVA

04

Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher o
Número da Prova!



**instituto
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo(a) candidato(a)

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas e uma questão discursiva**, você receberá do fiscal de sala as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo/área/especialidade corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva incorrerá na eliminação do(a) candidato(a).

Sobre o material a ser devolvido pelo(a) candidato(a)

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 05 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o(a) candidato(a) estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O(A) candidato(a) poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão retirar-se da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação dos Cadernos de Questões e dos Gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC** no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

Conhecimentos Gerais

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 4.

Texto 1

SEU CELULAR ESTÁ SEMPRE TOCANDO (OU ASSIM VOCÊ ESPERA)

Por Zygmunt Bauman

“Uma mensagem brilha na tela em busca de outra. Seus dedos estão sempre ocupados: você pressiona as teclas, digitando novos números para responder às chamadas ou compondo suas próprias mensagens. Você permanece conectado – mesmo estando em constante movimento e ainda que os remetentes ou destinatários invisíveis das mensagens recebidas e enviadas também estejam em movimento, cada qual seguindo suas próprias trajetórias. [...]”

Uma chamada não foi respondida? Uma mensagem não foi retornada? Também não há motivo para preocupação. Existem muitos outros números de telefones na lista, e aparentemente não há limite para o volume de mensagens que você pode, com a ajuda de algumas teclas diminutas, comprimir naquele pequeno objeto que se encaixa tão bem em sua mão. Pense nisto (quer dizer, se houver tempo para pensar): é absolutamente improvável chegar ao fim de seu catálogo portátil ou digitar todas as mensagens possíveis. Há sempre mais conexões para serem usadas – e assim não tem tanta importância quantas delas se tenham mostrado frágeis e passíveis de ruptura. O ritmo e a velocidade do uso e do desgaste tampouco importam. Cada conexão pode ter vida curta, mas seu excesso é indestrutível. Em meio à eternidade dessa rede imperecível, você pode se sentir seguro diante da fragilidade irreparável de cada conexão singular e transitória”.

Disponível em: <https://farofafilosofica.blog/2025/02/17/seu-celular-esta-sempre-tocando-ou-assim-voce-espera-texto-de-zygmunt-bauman/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

1

Assinale a alternativa que analisa corretamente o título do Texto 1.

- (A) O verbo “espera” é, neste contexto, sinônimo de “tem esperança”.
- (B) “Está tocando” é uma locução verbal em que “está” é o verbo principal e “tocando” é o verbo auxiliar.
- (C) O termo “ou” poderia ser substituído por “e” sem que isso modificasse sintática ou semanticamente o excerto.
- (D) Tanto “sempre” quanto “assim” são advérbios de modo que caracterizam a realização de uma ação.
- (E) O termo “seu” é um pronome de primeira pessoa empregado na coesão do texto para se referir a uma palavra mencionada posteriormente.

2

A partir da leitura do primeiro parágrafo do Texto 1, é correto afirmar que

- (A) o parágrafo está redigido no tipo textual argumentativo.
- (B) o uso do pronome de tratamento formal “você” indica que o autor busca criar um afastamento entre ele e o leitor.
- (C) é construído um aparente contraste entre estar conectado e estar em movimento.
- (D) a utilização dos verbos flexionados no tempo presente sinaliza que o texto pertence ao gênero “artigo científico”.
- (E) o parágrafo introduz o texto utilizando a estratégia discursiva da citação indireta.

3

Quanto ao uso do acento indicativo de crase em “[...] você pressiona as teclas, digitando novos números para responder às chamadas [...]”, assinale a alternativa correta.

- (A) Ele é obrigatório devido à regência do substantivo feminino “chamadas”.
- (B) Ele é obrigatório na modalidade coloquial do português brasileiro.
- (C) Ele indica a junção entre a preposição “para” e o artigo feminino “a”.
- (D) Ele é obrigatório porque “responder” está sendo empregado com o sentido de “responsabilizar-se”, como em “Responder por um menor”.
- (E) Ele pode ser omitido sem que isso comprometa o sentido original do excerto.

4

Em relação ao emprego do “se” e do “que” no Texto 1, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] comprimir naquele pequeno objeto que se encaixa tão bem em sua mão.”, o “se” indica que o sujeito é indeterminado.
- (B) Em “Pense nisto (quer dizer, se houver tempo para pensar) [...]”, o “se” indica que a oração está na voz passiva.
- (C) Em “[...] você pode se sentir seguro diante da fragilidade irreparável de cada conexão singular e transitória.”, o “se” sinaliza que a oração por ele iniciada expressa uma condição.
- (D) Em “[...] e ainda que os remetentes ou destinatários invisíveis das mensagens [...]”, o “que” integra uma expressão que veicula um valor de concessividade.
- (E) Em “[...] não há limite para o volume de mensagens que você pode, com a ajuda de algumas teclas diminutas, [...]”, o “que” introduz uma oração adjetiva explicativa.

Leia o texto a seguir para responder às questões 5 e 6.

Texto 2



Disponível em:
<https://cartum.folha.uol.com.br/quadrinhos/2024/12/04/bicudinho-caco-galhardo.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2025.

5

Sobre a expressão “Quer saber?”, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de uma locução verbal, com o verbo auxiliar “quer” expressando o sentido de necessidade.
- (B) É utilizada com a finalidade de convocar o leitor do texto a interagir com o autor.
- (C) Trata-se de uma expressão informal, adequada aos propósitos do texto.
- (D) Contém a figura de linguagem “hipérbato”, que consiste na inversão de termos na frase.
- (E) Veicula um sentido literal, ao questionar o interlocutor sobre o que ele deseja saber a respeito do assunto.

6

A partir da leitura do Texto 2, é correto afirmar que

- (A) ele apresenta uma personagem que faz um uso saudável do celular.
- (B) ele faz uma crítica ao modo equivocado como as pessoas estão cuidando da sua saúde mental.
- (C) por meio de uma personagem que cumpre aquilo a que se propõe, o texto critica as pessoas que atribuem seus problemas à falta de saúde mental.
- (D) ele pertence ao gênero “história em quadrinhos” (HQ), voltado ao público infantojuvenil, geralmente interessado pelo tema abordado no texto.
- (E) no texto, a linguagem verbal se sobrepõe em importância à linguagem não verbal, sendo este um recurso que ilustra o que está posto nos balões de fala.

7

Analise o seguinte período:

“Se ages contra a justiça e eu te deixo agir, então a injustiça é minha.” (Mahatma Gandhi)

A oração sublinhada, ao ser analisada juntamente ao trecho “e eu te deixo agir”, expressa ideia de

- (A) causa, uma vez que indica o motivo de se agir contra a justiça.
- (B) condição, pois hipotetiza a possibilidade de a injustiça passar a ser de responsabilidade também do indivíduo que fala: “então a injustiça é minha”.
- (C) consequência, visto que expressa o efeito de se agir de modo injusto.
- (D) justificativa, na medida em que indica a razão de se deixar agir dessa forma, o que gera, por sua vez, a sensação de injustiça.
- (E) tempo, por expressar o momento em que se age de maneira contrária aos preceitos da justiça.

8

Analise a seguinte manchete:

“TRE-TO fomenta a equidade de gênero na Justiça Eleitoral por meio de programa” (TRE-TO)

Considerando aspectos linguísticos presentes em tal segmento, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O verbo “fomentar” exige complemento com preposição.**
- II. A locução “de gênero” tem função de caracterizar o substantivo antecedente, indicando de qual “equidade”, especificamente, se trata.**
- III. Os termos grifados pertencem à mesma classe de palavras.**
- IV. A expressão “na Justiça Eleitoral” tem função adverbial e indica noção de lugar.**
- V. O trecho “por meio de programa” indica o modo como será fomentada a equidade de gênero na Justiça Eleitoral.**

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III e V.
- (C) Apenas I, II e V.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas III, IV e V.

9

A Lei nº 9.504/1997 que estabelece as normas para eleições sofreu alterações como resultado dos avanços tecnológicos e da necessidade de atualização de institutos jurídicos nacionais. A veiculação de propagandas eleitorais na internet foi um dos temas mais regulados recentemente no ordenamento político-eleitoral. Acerca dessa matéria, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido o impulsionamento de conteúdos pago na internet, desde que identificado como propaganda eleitoral.
- (B) É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet.
- (C) É permitida a veiculação gratuita de propaganda eleitoral em sítios eletrônicos de pessoas jurídicas sem fins lucrativos.
- (D) É permitida à empresa privada ou ao eleitor comum pagar para divulgar um post promovendo um candidato.
- (E) As mensagens eletrônicas enviadas por candidato, partido ou coligação, por qualquer meio, deverão dispor de mecanismo que permita seu descadastramento pelo destinatário, obrigado o remetente a providenciá-lo no prazo de setenta e duas horas.

10

Sobre a filiação partidária, na forma do disposto na Lei nº 9.096/1995, assinale a alternativa correta.

- (A) Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.
- (B) É obrigação dos partidos políticos estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na referida Lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.
- (C) Qualquer cidadão pode filiar-se à partido político, independentemente de estar no pleno gozo de seus direitos políticos.
- (D) Deferida a filiação do eleitor, será entregue comprovante ao interessado, no modelo adotado pela Justiça Eleitoral.
- (E) A filiação partidária será considerada deferida, para todos os efeitos, com o atendimento das regras estatutárias do partido.

11

Joana é servidora da Justiça Federal e, durante um curso de formação voltado à atuação em eleições, demonstrou dúvidas sobre a estrutura da Justiça Eleitoral brasileira. Na ocasião, ela formulou algumas assertivas sobre os órgãos que compõem essa justiça especializada. Na condição de instrutor responsável por esclarecer as dúvidas de Joana e considerando as disposições acerca dos órgãos da Justiça Eleitoral, previstos no Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) e suas alterações, assinale qual das assertivas formuladas por Joana está correta.

- (A) O número de juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais pode ser reduzido, desde que haja decisão fundamentada do Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) O Tribunal Superior Eleitoral possui sede na Capital de cada Estado e jurisdição limitada ao respectivo território estadual.
- (C) Os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
- (D) Os juízes dos Tribunais Eleitorais poderão ser reconduzidos por quantos biênios forem necessários, desde que haja justificativa para a prorrogação.
- (E) O número de juízes dos tribunais regionais poderá ser elevado até sete, mediante proposta do Tribunal Superior e aprovação do Congresso Nacional.

12

Sara é servidora do TRE de determinado Estado da Federação e foi incumbida de proferir palestra em uma universidade pública sobre os direitos eleitorais assegurados à pessoa com deficiência. Na forma do estabelecido na Resolução nº 23.659/2021 do TSE, assinale a alternativa que apresenta uma informação correta que Sara pode mencionar em sua palestra.

- (A) A pessoa com deficiência pode escolher, no ato de alistamento, transferência ou revisão, o local de votação que lhe for mais conveniente, mesmo que a opção não se dê para uma seção eleitoral com acessibilidade.
- (B) No ato de votar, a pessoa com deficiência pode ser auxiliada por pessoa de sua escolha, independentemente de requerimento antecipado ao juízo eleitoral.
- (C) A Justiça Eleitoral processará solicitação de suspensão de direitos políticos amparada em deficiência em decisão judicial que declare incapacidade civil ou em documento que ateste afastamento laboral por invalidez ou fato semelhante.
- (D) Visando implementar a acessibilidade, é permitida a criação de seções eleitorais exclusivas para pessoas com deficiência.
- (E) Assegura-se às pessoas com deficiência a indicação, no prazo estipulado pela Justiça Eleitoral para cada pleito, de local de votação diverso daquele em que está sua seção de origem, no qual prefere exercer o voto, mesmo que fora dos limites da circunscrição do pleito.

13

Acerca da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- (B) A forma federativa de Estado autoriza a secessão de um ente federativo.
- (C) A República Federativa do Brasil representa o Estado soberano no plano internacional. A União é a pessoa jurídica interna que o representa e conduz suas relações internacionais.
- (D) É facultado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- (E) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios independem de consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos.

14

Após o pleito eleitoral, o candidato Mévio foi eleito Presidente da República. Na qualidade de Chefe do Poder Executivo Federal e na forma disciplinada pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) Mévio pode dispor, por meio de decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, vagos ou não.
- (B) o recebimento de denúncia pelo STF por crime comum atribuído em desfavor de Mévio não enseja a suspensão de suas funções.
- (C) a atribuição concernente à concessão de indulto poderá ser objeto de delegação por parte de Mévio.
- (D) compete a Mévio prestar, ao Congresso Nacional, contas referentes ao exercício anterior, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (E) Mévio poderá permitir, após autorização do Congresso Nacional, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

15

A nacionalidade é o vínculo jurídico e político que relaciona o indivíduo a um Estado soberano. No Brasil, a nacionalidade é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, adquirida pelo nascimento ou naturalização. Porém, Pedro, brasileiro nato, residente atualmente no Canadá, manifestou formalmente perante o Consulado Brasileiro em Toronto o seu interesse em renunciar à nacionalidade brasileira com objetivo de adquirir a nacionalidade canadense, país com o qual tem laços mais significativos no presente. Considerando essa situação hipotética e as disposições constitucionais, especialmente após as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 131/2023, assinale a alternativa correta sobre a perda da nacionalidade brasileira.

- (A) Pedro perderá a nacionalidade brasileira caso adquira outra nacionalidade por naturalização voluntária.
- (B) Pedro terá declarada a perda da nacionalidade mediante pedido expresso perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.
- (C) Pedro somente pode ter sua nacionalidade cancelada por sentença judicial em virtude de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (D) A renúncia da nacionalidade por Pedro impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária.
- (E) A Constituição brasileira não prevê a possibilidade de declaração de perda da nacionalidade a Pedro, sendo tal hipótese aplicada apenas para os naturalizados.

16

No que se refere ao Poder Judiciário, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Os servidores do Poder Judiciário poderão receber delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente com caráter decisório.
- (B) A definição do número de juízes na unidade jurisdicional é proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.
- (C) A distribuição de processos será imediata, ressalvados os processos para o segundo grau de jurisdição.
- (D) O juiz titular poderá residir em comarca diversa da que estiver atuando, sem necessidade de autorização do tribunal.
- (E) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo permitidas férias coletivas nos tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.

17

Quanto à contratação direta, na forma do estabelecido na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos processos de contratação direta, há dispensa da necessidade de demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.
- (B) Se presente situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos, é possível a realização de dispensa de licitação fundamentada na emergência, salvo comprovação de que a situação foi gerada por desídia do gestor público.
- (C) As hipóteses de contratação direta deverão ser precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.
- (D) O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
- (E) Os valores máximos permitidos para as hipóteses de dispensa em razão do valor serão triplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

18

Maria foi aprovada em concurso público para o cargo de analista de sistemas em uma autarquia federal. João foi contratado por uma empresa pública federal para a função de técnico em informática. Mário, servidor público estatutário de determinado estado, foi designado para exercer a função de chefe de seção em sua repartição, recebendo uma gratificação por essa atividade.

Considerando essas situações hipotéticas e a distinção entre cargo, emprego e função pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos públicos, como o de analista de sistemas ocupado por Maria, são providos por servidores estatutários e podem ser preenchidos por concurso público ou, em alguns casos, por indicação política, não necessariamente exigindo vínculo permanente com a administração pública.
- (B) O emprego público, diferente da situação de João que possui vínculo celetista, caracteriza-se por um vínculo estatutário entre o agente público e o Estado, sendo aplicável apenas aos servidores da administração direta, com estabilidade garantida após três anos de efetivo exercício.
- (C) A função pública, como a de chefe de seção exercida por Mário, é sempre remunerada e destina-se ao exercício de atribuições por servidores ocupantes de cargos efetivos na administração direta e indireta.
- (D) Os empregos públicos, como o de técnico em informática de João, são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e caracterizam-se, em regra, pela inexistência de estabilidade, sendo ocupados por servidores das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (E) A função pública refere-se unicamente a cargos de natureza comissionada e de livre nomeação e exoneração, sem possibilidade de vínculo efetivo ou contratual com a administração pública, o que não se aplica à gratificação recebida por Mário, que é servidor estatutário.

19

A um servidor público do Poder Judiciário foi incumbida a função de confeccionar e distribuir material orientativo aos servidores, estagiários e cidadãos a respeito da temática dos poderes administrativos. Diante dessa atribuição conferida ao servidor, assinale a alternativa que apresenta uma informação correta e que pode validamente constar no material que será futuramente divulgado.

- (A) O poder normativo da Administração Pública pode ser exercido basicamente por meio da delegação legislativa ou do próprio poder regulamentar.
- (B) O poder regulamentar se confunde com o poder regulatório, envolvendo o poder de edição de normas gerais para fiel cumprimento da lei.
- (C) Os poderes administrativos são prerrogativas instrumentais conferidas aos agentes públicos para que, em determinados casos, alcancem o interesse público.
- (D) Os regulamentos jurídicos ou normativos são aqueles que estabelecem normas sobre a organização administrativa ou que afetam apenas os particulares que se encontram em relação de sujeição especial com a Administração.
- (E) Comete desvio de poder o policial que se utiliza de força desproporcional para impedir uma manifestação de caráter público.

20

A função primordial do Poder Judiciário é a jurisdicional. No entanto também lhe é atribuída a competência atípica administrativa, inerente à sua organização e autonomia e essencial para o desempenho adequado da função jurisdicional. Considerando o Regimento Interno do TRE-TO (Resolução nº 282/2012), assinale a alternativa que apresenta uma atribuição administrativa ou disciplinar do Plenário dessa instância colegiada.

- (A) Autorizar a realização de concurso público para provimento dos cargos de seu quadro de servidores efetivos.
- (B) Dar posse aos juízes titulares, quando for o caso, e aos juízes substitutos.
- (C) Expedir atos e portarias para o fiel cumprimento das decisões e das deliberações do Tribunal.
- (D) Firmar convênios, parcerias e termos de cooperação necessários à realização dos serviços de interesse do Tribunal.
- (E) Decidir as arguições de suspeição e impedimento dos servidores da Secretaria do Tribunal.

Conhecimentos Específicos

21

A respeito da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A DMPL deve apresentar os dividendos distribuídos no período, incluindo o valor por ação.
- II. As alterações ocorridas no patrimônio líquido da entidade entre duas datas de balanço devem refletir o aumento ou a redução nos seus ativos líquidos durante o período.
- III. A DMPL tem a finalidade de demonstrar as mutações nos resultados acumulados da entidade em determinado período.

- (A) I, II e III.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas II e III.
(E) Apenas I.

22

Em relação às técnicas e procedimentos na execução de auditoria governamental, assinale a alternativa correta.

- (A) Os testes de controle têm como finalidade verificar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados obtidos.
- (B) A inspeção consiste no exame de processo ou de procedimento executado por outros.
- (C) Procedimentos analíticos compreendem o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados.
- (D) Reexecução consiste em verificar a correspondência entre lançamentos contábeis e a documentação que lhe serve de base.
- (E) Recálculo visa à comprovação das transações que, por exigências legais, comerciais ou de controle, são evidenciadas por documentos, a exemplo de faturas, notas fiscais, certidões, portarias, declarações.

23

Acerca da análise vertical e horizontal das demonstrações contábeis, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O indicador do grau de imobilização do ativo é um exemplo da aplicação da análise horizontal nas demonstrações contábeis.
- () A análise vertical possibilita a observação da evolução de uma conta ao comparar o valor registrado com os valores registrados em períodos anteriores.
- () A análise vertical e a análise horizontal das demonstrações contábeis possuem um caráter estático, sendo a primeira aplicada ao longo dos exercícios e a segunda dentro de um único exercício financeiro.

- (A) V – V – F.
(B) V – F – F.
(C) F – F – V.
(D) F – V – V.
(E) F – F – F.

24

O planejamento da auditoria é um processo essencial que envolve a definição de estratégias e a elaboração de planos para garantir a eficácia e a eficiência do trabalho do auditor. De acordo com as normas de auditoria, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O planejamento da auditoria envolve a definição de uma estratégia global e a elaboração de um plano de auditoria, sendo ambos os documentos inter-relacionados e passíveis de ajustes ao longo da auditoria.
- (B) A estratégia global de auditoria tem como objetivo determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho, enquanto o plano de auditoria detalha os procedimentos específicos a serem realizados.
- (C) A estratégia global de auditoria deve ser definida antes do início dos trabalhos e não pode ser alterada posteriormente, garantindo que o planejamento original seja seguido integralmente.
- (D) A natureza e a extensão das atividades de planejamento variam conforme o porte e a complexidade da entidade, a experiência anterior dos membros-chave da equipe de trabalho com a entidade e as mudanças ocorridas durante o trabalho.
- (E) A fase de planejamento inclui atividades preliminares, como a avaliação dos requisitos éticos e de independência do auditor, além da definição dos termos do trabalho de auditoria.

25

Uma indústria fabrica camisetas e calças e, em março de 2025, apresentou os seguintes custos de produção:

- o custo com matéria-prima foi de R\$ 60.000 para a produção das camisetas e de R\$ 40.000 para a fabricação das calças;
- o custo com mão de obra direta totalizou R\$ 100.000, sendo R\$ 40.000,00 para a produção de camisetas e R\$ 60.000 para a fabricação de calças;
- os custos indiretos de fabricação, incluindo depreciação, energia elétrica e seguro, totalizaram R\$120.000 e foram rateados entre os produtos na mesma proporção da mão de obra direta.

Com base apenas nessas informações, é correto afirmar que o custo total de produção das calças, em março de 2025, foi de

- (A) R\$ 172.000.
- (B) R\$ 182.000.
- (C) R\$ 160.000.
- (D) R\$ 148.000.
- (E) R\$ 164.000.

26

A materialidade no planejamento e na execução da auditoria é um conceito essencial que orienta a condução dos procedimentos de auditoria e a avaliação das distorções encontradas. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A materialidade é determinada pela empresa auditada, considerando sua política interna e critérios contábeis.
- (B) A materialidade determinada no planejamento da auditoria estabelece um valor fixo abaixo do qual todas as distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, serão consideradas irrelevantes para as demonstrações contábeis.
- (C) Na determinação da materialidade, é razoável o auditor assumir que os usuários não possuem conhecimento razoável de negócios, atividades econômicas e de contabilidade.
- (D) Materialidade de desempenho da auditoria significa o valor ou valores fixados, superiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo.
- (E) A determinação da materialidade para as demonstrações contábeis como um todo em uma auditoria das demonstrações contábeis de entidade do setor público é influenciada por lei, regulamentação ou outra autoridade e pelas necessidades de informações financeiras de legisladores.

27

Uma indústria iniciou a produção de 50.000 unidades de “shorts” em 1º de março de 2025. Durante o período, foram vendidas 40.000 unidades ao preço unitário de R\$ 80. A indústria utiliza o método de custeio por absorção para fins contábeis e o método de custeio variável para fins gerenciais. Os custos e despesas incorridos no mês foram:

- custos variáveis: R\$ 35 por unidade;
- custos fixos: R\$ 400.000 por mês;
- despesas variáveis: R\$ 10 por unidade;
- despesas fixas: R\$ 200.000 por mês.

Considerando a diferença na apropriação de custos entre os métodos de custeio por absorção e custeio variável, qual é a diferença no valor do estoque final de shorts, no mês de março de 2025, entre os dois métodos?

- (A) R\$ 90.000.
- (B) R\$ 50.000.
- (C) R\$ 70.000.
- (D) R\$ 60.000.
- (E) R\$ 80.000.

28

Um analista judiciário do TRE-TO especialista em contabilidade foi designado para realizar uma auditoria interna para verificar se as atividades do setor financeiro e de patrimônio desse tribunal estavam funcionando de acordo com os princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Durante a auditoria, em qual papel de trabalho o analista deve registrar as situações encontradas, as informações obtidas na execução da auditoria, bem como as propostas de recomendações e determinações?

- (A) Na matriz de planejamento.
- (B) Na matriz de achados.
- (C) Na análise de conteúdo.
- (D) No plano de auditoria.
- (E) Na revisão documental.

29

O Custeio Baseado em Atividades (Activity Based Costing – ABC) é uma metodologia de custeio que aprimora a precisão na alocação dos custos dentro de uma entidade. O objetivo dessa metodologia é

- (A) aplicar um critério uniforme de rateio, independentemente do consumo real das atividades pelos produtos.
- (B) diminuir a arbitrariedade no rateio dos custos indiretos, pois os custos são primeiramente atribuídos aos produtos e, posteriormente, distribuídos às atividades.
- (C) desconsiderar a relação entre atividades e consumo de recursos, adotando critérios fixos de alocação de custos diretos e indiretos.
- (D) reduzir a arbitrariedade no rateio dos custos indiretos, pois os custos são primeiramente atribuídos às atividades e, posteriormente, distribuídos aos produtos.
- (E) incrementar a alocação dos custos diretos nas atividades, sem impactar a distribuição dos custos indiretos aos produtos.

30

No contexto da auditoria governamental, entender os componentes do risco de auditoria é fundamental para a eficácia dos trabalhos de auditoria. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Risco de controle é a possibilidade de que uma distorção relevante nas demonstrações financeiras não seja evitada ou detectada e corrigida tempestivamente pelos controles internos da entidade.
- (B) Risco de auditoria é a suscetibilidade de que uma distorção relevante ocorra em uma afirmação sobre as demonstrações financeiras, assumindo que não existem controles relacionados.
- (C) Risco de detecção é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- (D) Risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de controle.
- (E) Risco inerente é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

31

Uma sociedade empresarial enfrenta uma ação judicial trabalhista relacionada ao pagamento de adicionais de periculosidade e insalubridade, no valor de R\$ 400.000. O departamento jurídico classificou a obrigação como um evento de ocorrência possível, ou seja, não há certeza sobre a obrigação futura, mas há chances razoáveis de que ela se concretize. Com base nas normas contábeis vigentes, a sociedade deve

- (A) reconhecer uma obrigação no valor de R\$ 400.000, sendo facultativa a divulgação em notas explicativas.
- (B) registrar uma provisão no valor de R\$ 400.000, mas com divulgação obrigatória em notas explicativas.
- (C) classificar como um passivo contingente, sem reconhecimento de obrigação, mas com divulgação obrigatória em notas explicativas.
- (D) registrar uma provisão no valor de R\$ 400.000, sendo facultativa a divulgação em notas explicativas.
- (E) reconhecer um passivo contingente, sem reconhecimento de obrigação, sendo facultativa a divulgação em notas explicativas.

32

Considere os seguintes fatos a serem registrados na contabilidade de determinado ente público:

- em 1 de outubro de X1, ocorreu lançamento de receitas tributárias no valor de R\$ 5.000;
- em 1 de novembro de X1, ocorreu o recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 3.000;
- em 15 de novembro de X1, ocorreu o empenho da despesa no valor de R\$ 1.900 para aquisição de materiais de escritório;
- em 30 de novembro de X1, ocorreu a entrega de parte dos materiais de escritório no valor de R\$ 1.000;
- em 1 de dezembro de X1, ocorreu a liquidação da despesa, referente aos produtos recebidos em 30 de novembro de X1;
- em 15 de dezembro de X1, ocorreu o pagamento parcial no valor de R\$ 500.

Considere que todas as transações foram realizadas com o mesmo fornecedor e com os mesmos produtos e que não ocorreram outras transações no exercício. Em relação às informações apresentadas, o contador do ente verificou corretamente que

- (A) o valor dos restos a pagar não processados corresponde a R\$ 2.000.
- (B) o valor dos restos a pagar não processados corresponde a R\$ 1.400.
- (C) o valor dos restos a pagar não processados corresponde a R\$ 500.
- (D) o valor dos restos a pagar processados corresponde a R\$ 500.
- (E) o valor dos restos a pagar processados corresponde a R\$ 900.

33

Analise os seguintes dados extraídos da Demonstração do Resultado do Exercício de uma sociedade empresarial em 31/12/2024:

- receita líquida de vendas: R\$ 500.000;
- custo das mercadorias vendidas: R\$ 220.000;
- despesas com salários: R\$ 30.000;
- resultado com equivalência patrimonial: R\$ 50.000;
- receita de aluguel: R\$ 30.000;
- receita financeira: R\$ 8.000;
- despesa financeira: R\$ 5.000;
- despesa com impostos: R\$ 12.000;
- despesa de comissão de vendas: R\$ 4.000;
- receita de dividendos: R\$ 2.000.

Considerando as informações apresentadas e conforme a estrutura da Demonstração do Valor Adicionado, é correto afirmar que o valor adicionado recebido em transferência em 31/12/2024 foi de

- (A) R\$ 88.000.
- (B) R\$ 90.000.
- (C) R\$ 85.000.
- (D) R\$ 58.000.
- (E) R\$ 40.000.

34

Considere os seguintes ingressos nos cofres públicos durante o exercício financeiro em determinado ente público:

- arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no valor de R\$ 600.000;
- recebimento de depósitos judiciais no valor de R\$ 80.000;
- alienação de um imóvel público no valor de R\$ 1.200.000;
- operação de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) no valor de R\$ 500.000;
- receita de serviços prestados no valor de R\$ 200.000;
- recebimento de fianças em processos judiciais no valor de R\$ 50.000;
- dividendos recebidos de empresas estatais no valor de R\$ 300.000;
- depósitos em caução referentes a contratos administrativos no valor de R\$ 70.000.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta os valores que o responsável pela contabilidade do ente deve registrar.

- (A) Receitas orçamentárias: R\$ 2.300.000; Receitas extraorçamentárias: R\$ 700.000.
- (B) Receitas orçamentárias: R\$ 2.000.000; Receitas extraorçamentárias: R\$ 1.000.000.
- (C) Receitas orçamentárias: R\$ 800.000; Receitas extraorçamentárias: R\$ 2.200.000.
- (D) Receitas orçamentárias: R\$ 1.180.000; Receitas extraorçamentárias: R\$ 620.000.
- (E) Receitas orçamentárias: R\$ 2.800.000; Receitas extraorçamentárias: R\$ 200.000.

35

Considerando as regras aplicáveis às sobras financeiras nas campanhas eleitorais, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O comprovante de transferência das sobras de campanha deve ser juntado à prestação de contas do responsável pelo recolhimento, sem prejuízo dos respectivos lançamentos na contabilidade do partido político.
- II. As sobras financeiras de recursos oriundos do Fundo Partidário devem ser transferidas para a conta bancária do partido político destinada à movimentação de recursos dessa natureza.
- III. As sobras financeiras do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) devem ser transferidas para a conta bancária da Direção Nacional do Partido.
- IV. As sobras de campanhas eleitorais devem ser transferidas ao partido da circunscrição do pleito, conforme a origem dos recursos e a filiação partidária do candidato, no prazo máximo de 5 dias antes da data prevista para a entrega das contas à Justiça Eleitoral.

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas I e II.

36

Em relação ao conceito de dívida ativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A dívida ativa corresponde ao conjunto de obrigações financeiras que o ente público possui com terceiros, registradas no passivo, incluindo empréstimos e financiamentos obtidos para financiar suas atividades.
- (B) A dívida ativa não inclui a atualização monetária, os juros, as multas e os outros encargos moratórios incidentes sobre os créditos inscritos em dívida ativa.
- (C) Caso o valor inscrito em dívida ativa supere o valor do crédito junto à Fazenda, a diferença continuará inscrita, na forma de lei ou acordo específico.
- (D) Em regra, os créditos referentes à dívida ativa devem ser inicialmente registrados como dívida ativa do ativo circulante.
- (E) A inscrição do crédito em dívida ativa de um ente público configura fato contábil modificativo.

37

De acordo com legislação eleitoral, os relatórios financeiros de prestação de contas de campanha, que envolvem o recebimento de recursos financeiros destinados ao financiamento da campanha eleitoral, devem ser informados à Justiça Eleitoral por meio do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE) no prazo máximo de

- (A) 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento.
- (B) 60 (sessenta) horas contadas a partir da realização da doação.
- (C) 36 (trinta e seis) horas contadas do recebimento.
- (D) 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento.
- (E) 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento.

38

Em determinado exercício financeiro, um órgão público contraiu empréstimos significativos para cobrir despesas com folha de pagamento e manutenção de suas instalações. Essa prática resultou em operações de crédito superiores às despesas de capital sem prévia autorização legislativa. Considerando os princípios e normas de finanças públicas, o servidor público responsável pelo setor de contabilidade do órgão deve indicar que

- (A) o ato é correto, pois a legislação permite que órgãos públicos utilizem recursos de empréstimos para cobrir despesas correntes, ainda que o valor dos empréstimos supere as despesas de capital.
- (B) o ato é incorreto, pois é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.
- (C) o ato é correto, desde que os empréstimos sejam aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples.
- (D) o ato é incorreto, pois infringe o princípio da anualidade, que determina que o orçamento deve ser elaborado e executado dentro do período de um ano.
- (E) o ato é correto, pois os gastos foram destinados à redução das despesas com folha de pagamento.

39

No contexto das eleições, candidatos e partidos políticos realizam diversos gastos para divulgar suas propostas e mobilizar o eleitorado. Esses gastos, efetuados ao longo da campanha, são classificados como despesas eleitorais e devem ser devidamente registrados para a prestação de contas de campanha. Com base na legislação eleitoral, assinale a alternativa que NÃO constitui uma despesa de campanha eleitoral.

- (A) Gastos com a realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais.
- (B) Despesas com correspondências e serviços postais.
- (C) Despesas pessoais de candidatos com alimentação e hospedagem própria.
- (D) Gastos com multas aplicadas até as eleições aos candidatos e partidos políticos por infração à legislação eleitoral.
- (E) Doações para outros partidos políticos ou para outros(as) candidatos(as).

40

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída pela Lei Complementar nº 101/2000, e suas alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias deverá dispor sobre a exclusão das despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- (C) Não se considera aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- (D) Não integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.
- (E) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

41

Considere que o TRE-TO tem registrado em seu Balanço Patrimonial um veículo pelo valor contábil de R\$ 75.000. Ao submeter esse ativo ao teste de recuperabilidade, o setor de patrimônio e contábil apurou que o valor justo líquido do ativo é de R\$ 70.000. Além disso, estimou que o valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo era de R\$ 65.000. Considerando apenas essas informações, é correto afirmar que a contabilidade do TRE-TO deverá reconhecer

- (A) uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 5.000, referente à perda por redução ao valor recuperável.
- (B) uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 5.000, em razão da reavaliação negativa do ativo.
- (C) uma despesa extraorçamentária de R\$ 5.000, referente à perda por redução ao valor recuperável.
- (D) uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 10.000, referente à perda por redução ao valor recuperável.
- (E) nenhuma variação patrimonial, pois o valor contábil do ativo já reflete sua recuperabilidade.

42

Um analista judiciário do TRE-TO especialista em contabilidade precisa classificar uma despesa referente à aquisição de computadores destinados à modernização tecnológica do órgão e que foram adquiridos com recursos próprios. Assinale a alternativa que apresenta a classificação mais adequada para essa aquisição, de acordo com a classificação da despesa orçamentária por natureza.

- (A) Categoria Econômica: 3 – Despesas Correntes; Grupo de Natureza da Despesa: 3 – Outras Despesas Correntes; Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas; Elemento de Despesa: 30 – Material de Consumo.
- (B) Categoria Econômica: 4 – Despesas de Capital; Grupo de Natureza da Despesa: 4 – Investimentos; Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas; Elemento de Despesa: 52 – Equipamentos e Material Permanente.
- (C) Função: 02 – Judiciária; Subfunção: 122 – Administração Geral;
- (D) Programa: 0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário; Ação: 033.017 – Julgamento de causas e gestão administrativa
- (E) Órgão Orçamentário: 14000 – Justiça Eleitoral; Unidade Orçamentária: 14126 – Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins.

43

De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e conforme as diretrizes estabelecidas na 11ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que

- (A) as contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos que possuem 9 níveis de desdobramento, compostos por 7 dígitos.
- (B) o registro contábil de uma receita orçamentária efetiva em uma conta da classe 6 deve ser realizado em contrapartida a uma conta de variação patrimonial aumentativa na classe 4.
- (C) o registro contábil da arrecadação de receita orçamentária é efetuado exclusivamente nas classes 5 e 6, que pertencem à natureza de informação orçamentária.
- (D) as classes 1, 2, 3 e 4 são contas de natureza patrimonial e devem ser debitadas e creditadas exclusivamente entre si.
- (E) os planos de contas dos entes da Federação devem possuir, no mínimo, 5 níveis. Os níveis não detalhados deverão ser codificados com o dígito 9 (nove).

44

No contexto da administração financeira e orçamentária pública, os créditos adicionais são instrumentos que permitem a modificação do orçamento aprovado, visando atender a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas. Considerando as modalidades de créditos adicionais previstas na legislação brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) Créditos suplementares destinam-se exclusivamente a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de calamidades públicas.
- (B) Créditos especiais são utilizados para reforçar dotações orçamentárias já existentes que se tornaram insuficientes durante a execução do orçamento.
- (C) Créditos extraordinários são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, sendo autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- (D) Créditos suplementares são destinados ao reforço de dotações orçamentárias já existentes, dependendo de autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.
- (E) Os créditos adicionais terão vigência restrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos suplementares e extraordinários.

45

As informações de custo no setor público devem ser confiáveis e relevantes para os processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização. Nesse contexto, conforme a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, o Sistema de Informação de Custos é definido como

- (A) o modelo de gestão de custos, funções e responsabilidades organizacionais, com o objetivo de gerar informações de custos como ferramenta de governança pública.
- (B) os resultados gerados pelas atividades da entidade, que demandam o uso de diversos recursos e se traduzem em bens ou serviços destinados a atender às necessidades de interesse público.
- (C) o conjunto de elementos estruturados que registra, processa e evidencia os custos de bens, serviços e demais objetos de custo.
- (D) os bens e serviços entregues à sociedade, podendo referir-se a qualquer entrega que satisfaça uma necessidade associada à geração do valor público.
- (E) o conjunto de diretrizes, escopo de aplicação, objetos de custo, sistema de acumulação, método de custeio e bases de mensuração, necessários ao gerenciamento de custos.

46

Os princípios orçamentários são diretrizes fundamentais que orientam a elaboração e a execução do orçamento público, garantindo transparência, eficiência e controle na gestão dos recursos públicos. A seguir, são apresentadas cinco situações hipotéticas que violam esses princípios.

1. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de um município inclui dispositivos que alteram a legislação tributária local, modificando alíquotas de impostos.
2. Determinada secretaria estadual executa despesas que não estavam previstas na LOA, utilizando receitas que não foram incluídas no orçamento aprovado.
3. O governo estadual realiza despesas sem a devida discriminação, alocando recursos de forma genérica, sem especificar a finalidade de cada gasto.
4. A LOA de um estado apresenta apenas o saldo líquido das receitas, deduzindo antecipadamente as despesas correspondentes, sem demonstrar os valores brutos.
5. O orçamento de um município é aprovado para um período de dois anos, contrariando a prática de vigência anual.

Assinale a alternativa que associa corretamente cada situação ao princípio orçamentário correspondente.

- (A) 1 – Princípio da Universalidade; 2 – Princípio da Unidade; 3 – Princípio da Especificação; 4 – Princípio do Orçamento Bruto; 5 – Princípio da Anualidade.
- (B) 1 – Princípio da Exclusividade; 2 – Princípio da Universalidade; 3 – Princípio da Especificação; 4 – Princípio do Orçamento Bruto; 5 – Princípio da Anualidade.
- (C) 1 – Princípio da Exclusividade; 2 – Princípio da Unidade; 3 – Princípio da Universalidade; 4 – Princípio da Especificação; 5 – Princípio do Orçamento Bruto.
- (D) 1 – Princípio da Unidade; 2 – Princípio da Exclusividade; 3 – Princípio da Especificação; 4 – Princípio da Universalidade; 5 – Princípio da Anualidade.
- (E) 1 – Princípio da Exclusividade; 2 – Princípio da Universalidade; 3 – Princípio do Orçamento Bruto; 4 – Princípio da Especificação; 5 – Princípio da Unidade.

47

Considere que o TRE-TO adquiriu, em 31 de setembro de 2023, um equipamento pelo valor de R\$ 8.000, com vida útil estimada de cinco anos e valor residual de R\$ 2.000. O equipamento estava em condições de uso na mesma data, e o Tribunal adota o método de depreciação linear (cotas constantes). Com base nessas informações e nas normas contábeis aplicáveis, assinale a alternativa que apresenta o valor contábil desse equipamento em 31 de dezembro de 2024.

- (A) R\$ 7.000.
- (B) R\$ 6.500.
- (C) R\$ 6.000.
- (D) R\$ 5.500.
- (E) R\$ 5.000.

48

A respeito das espécies de orçamento, assinale a alternativa correta.

- (A) O orçamento-programa consiste em um instrumento de planejamento da ação do governo com o estabelecimento de objetivos e metas, tem foco no aspecto administrativo da gestão e privilegia aspectos gerenciais e de resultados.
- (B) O orçamento tradicional está ligado à ideia de planejamento e deve considerar os objetivos que o governo pretende alcançar, durante um período determinado.
- (C) O orçamento base-zero corresponde à técnica de reajustar os valores do ano anterior para alocação de novos recursos, admitindo como necessários os antigos recursos.
- (D) O orçamento de desempenho é o processo orçamentário em que é explicitado apenas o objeto de gasto, apresentando valores para as despesas com pessoal, material, serviços etc., sem relacionar os gastos a nenhuma finalidade (programa ou ação).
- (E) O orçamento incremental consiste na necessária consulta prévia feita aos cidadãos acerca dos gastos públicos que querem ver realizados, antes que aludido projeto vá ao Legislativo para debate e aprovação.

49

No âmbito do TRE-TO, as despesas orçamentárias referentes ao pagamento de horas extras, auxílio-alimentação e diárias devem ser classificadas, respectivamente, no Grupo de Natureza da Despesa (GND):

- (A) Indenizações e Restituições Trabalhistas; Pessoal e Encargos Sociais; e Outras Despesas Correntes.
- (B) Pessoal e Encargos Sociais; Pessoal e Encargos Sociais; e Outras Despesas Correntes.
- (C) Pessoal e Encargos Sociais; Outras Despesas Correntes; e Indenizações e Restituições Trabalhistas.
- (D) Outras Despesas Correntes; Pessoal e Encargos Sociais; e Outras Despesas Correntes.
- (E) Pessoal e Encargos Sociais; Outras Despesas Correntes; e Outras Despesas Correntes.

50

Um servidor público estadual verificou que as despesas com pessoal do ente público em que trabalha excederam o limite máximo estabelecido pela Lei Complementar Federal. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) O percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos metade no primeiro.
- (B) O ente pode reduzir de forma temporária a jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.
- (C) O ente poderá reduzir os valores atribuídos a cargos e funções, mas é vedada a sua extinção.
- (D) O ente poderá exonerar servidores não estáveis, mas é vedada a exoneração de servidores estáveis.
- (E) O ente deixará de receber transferência voluntária a partir do próximo exercício financeiro, caso a despesa total com pessoal exceda o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares do Poder.

51

Considere que uma entidade do setor público tenha disponibilizado as seguintes informações, extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), em 31 de dezembro de 2024:

- **Receita Orçamentária: R\$ 50.000.000;**
- **Despesa Orçamentária: R\$ 100.000.000;**
- **Transferências Financeiras Recebidas: R\$ 150.000.000;**
- **Transferências Financeiras Concedidas: R\$ 90.000.000;**
- **Recebimentos Extraorçamentários: R\$ 10.000.000;**
- **Pagamentos Extraorçamentários: R\$ 5.000.000.**

De acordo com as informações apresentadas e com a estrutura do Balanço Financeiro, é correto afirmar que o resultado financeiro referente ao exercício de 2024 foi de

- (A) R\$ 35.000.000.
- (B) R\$ 30.000.000.
- (C) R\$ 25.000.000.
- (D) R\$ 20.000.000.
- (E) R\$ 15.000.000.

52

Um analista judiciário do TRE-TO especialista em contabilidade foi designado para elaborar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do órgão. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e suas alterações, assinale a alternativa INCORRETA sobre o RGF do órgão.

- (A) O RGF do órgão deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.
- (B) O RGF do órgão deve conter informações sobre a despesa total com pessoal, demonstrando o cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF.
- (C) O RGF do órgão deve incluir demonstrativos comparativos com os limites de operações de crédito e concessão de garantias estabelecidos pela LRF.
- (D) O RGF do órgão deve incluir, no último período de reporte, demonstrativos detalhando o montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e a inscrição em Restos a Pagar.
- (E) O RGF do órgão deve ser assinado pelo Presidente do Tribunal, pelas autoridades responsáveis pela administração financeira, bem como por outras definidas na legislação.

53

Com base na Lei nº 4.320/1964, que dispõe sobre a cessão onerosa de créditos tributários e não tributários, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A cessão de direitos creditórios deve preservar a natureza do crédito de origem, incluindo suas garantias e privilégios.
- (B) A cessão de direitos creditórios não poderá abranger percentuais do crédito que, por força de regras constitucionais, pertençam a outros entes da Federação.
- (C) A cessão de direitos creditórios deve ser realizada até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento do mandato do chefe do Poder Executivo.
- (D) A cessão de direitos creditórios deve ser autorizada por lei específica do ente, sendo sujeita à aprovação do chefe do Poder Executivo ou à autoridade administrativa competente.
- (E) A cessão de direitos creditórios preservará a base de cálculo das vinculações constitucionais no exercício financeiro em que o contribuinte efetuar o pagamento.

54

Determinado ente público aprovou sua Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025, estimando a receita proveniente do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Após a aprovação da LOA, a Secretaria de Finanças realizou os procedimentos necessários para identificar os contribuintes, calcular os valores devidos e emitir as notificações de cobrança. Os contribuintes, ao receberem as notificações, efetuaram os pagamentos nas instituições financeiras autorizadas. Posteriormente, os valores arrecadados foram transferidos para a conta única do Tesouro Municipal.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos estágios da receita pública conforme descritos.

- (A) Previsão, arrecadação, lançamento e recolhimento.
- (B) Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- (C) Previsão, lançamento, recolhimento e arrecadação.
- (D) Lançamento, previsão, arrecadação e recolhimento.
- (E) Lançamento, arrecadação, previsão e recolhimento.

55

Após o reconhecimento inicial de um ativo financeiro pelo valor justo, a entidade pública deve mensurá-lo conforme um dos seguintes critérios: custo amortizado, valor justo com reconhecimento no patrimônio líquido ou valor justo com reconhecimento no resultado. Nesse contexto, um ativo financeiro deve ser mensurado pelo valor justo no resultado quando

- (A) o ativo financeiro for mantido com a intenção de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos do contrato previrem exclusivamente o pagamento do principal acrescido de juros.
- (B) o ativo financeiro for adquirido com a intenção de vendê-lo a um preço superior, sem interesse precípua no recebimento do principal acrescido de juros.
- (C) o ativo financeiro for mantido para recebimento de fluxos de caixa contratuais e eventual venda, com termos que prevejam apenas o pagamento do principal acrescido de juros.
- (D) o ativo financeiro for adquirido para ser mantido até o vencimento, sem considerar a forma de pagamento dos fluxos de caixa.
- (E) o ativo financeiro for mantido com a intenção de receber fluxos de caixa contratuais, mas seus termos contratuais permitirem o pagamento de valores além do principal acrescido de juros.

56

De acordo com a Lei nº 13.165/2015, assinale a alternativa correta sobre a prestação de contas partidárias e a prestação de contas de campanha.

- (A) A desaprovação da prestação de contas do partido ensejará a suspensão de seu registro, impedindo sua participação no pleito eleitoral.
- (B) A fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral será realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados e da União, de acordo com a respectiva esfera de competência.
- (C) A desaprovação das contas do partido implicará a suspensão do registro de seus órgãos de direção partidária das demais esferas, tornando devedores e inadimplentes os respectivos responsáveis partidários.
- (D) No encerramento da campanha eleitoral, os partidos políticos e seus candidatos deverão recolher à tesouraria do partido, até encerramento do exercício social, os saldos financeiros eventualmente apurados.
- (E) A falta de prestação de contas implicará a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário enquanto perdurar a inadimplência e sujeitará os responsáveis às penas da lei.

57

Nas entidades do setor público, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa, classificando-as em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de fluxo de caixa proveniente de atividades de financiamento.

- (A) Recebimento de caixa decorrente da emissão de debêntures.
- (B) Recebimento de caixa decorrente de operações descontinuadas.
- (C) Recebimento de caixa por amortização de empréstimos concedidos a terceiros.
- (D) Recebimento de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap.
- (E) Recebimento de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda.

58

Um analista judiciário do TRE-TO especialista em contabilidade deve realizar uma auditoria em um grande volume de dados relacionados aos pagamentos de despesas com pessoal do órgão nos últimos cinco anos. Devido à extensão da população de dados, que engloba milhares de registros de pagamentos, o servidor decide aplicar técnicas de amostragem. O objetivo é verificar se os pagamentos foram efetuados de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis. Com base nessa situação, é correto afirmar que

- (A) as distorções encontradas na amostra não podem ser projetadas para toda a população.
- (B) a decisão quanto ao uso de abordagem de amostragem estatística ou não estatística é uma questão de julgamento pelo servidor de acordo com o tamanho da amostra.
- (C) o servidor deve selecionar itens para a amostragem estatística de forma que os itens da população com maior valor monetário tenham maior chance de serem selecionados.
- (D) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido, ou seja, quanto menor o risco que o servidor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
- (E) a seleção de bloco consiste no método de selecionar a amostra, em que a quantidade de unidades de amostragem na população é dividida pelo tamanho da amostra para dar um intervalo de amostragem.

59

A empresa Electron S/A encerrou o exercício social de 2024 com um prejuízo de R\$ 130.000. Além disso, o Balanço Patrimonial da empresa, fechado em 31/12/2023, evidenciava os seguintes valores no seu patrimônio líquido:

- capital social: R\$ 1.800.000;
- ágio na emissão de ações: R\$ 50.000;
- reserva legal: R\$ 40.000;
- reserva para contingências: R\$ 100.000;
- alienação de partes beneficiárias: R\$ 20.000.

Sabendo que o prejuízo foi absorvido em conformidade com a legislação e com as normas contábeis vigentes, o saldo da reserva legal em 31/12/2024, após a absorção, será de

- (A) R\$ 10.000.
- (B) R\$ 20.000.
- (C) R\$ 30.000.
- (D) R\$ 40.000.
- (E) R\$ 50.000.

60

Sobre a documentação de auditoria, assinale a alternativa correta.

- (A) A documentação de auditoria deve ser preparada de forma que qualquer profissional consiga compreender os resultados dos procedimentos executados e as evidências obtidas.
- (B) Explicações verbais do responsável pela auditoria não podem ser usadas para explicar ou esclarecer informações contidas na documentação de auditoria.
- (C) Para documentar como as inconsistências nas informações foram tratadas, o auditor deve reter a documentação que esteja incorreta ou superada.
- (D) É necessário documentar todos os assuntos considerados e todos os julgamentos profissionais exercidos na auditoria.
- (E) A documentação elaborada após a execução do trabalho de auditoria tende a ser menos precisa do que aquela elaborada durante a execução do trabalho.

Instruções

A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes em Edital:

1. Conhecimento técnico sobre a matéria.
2. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O(A) candidato(a) disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas, e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da Prova Discursiva. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.

Na Prova Discursiva, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos e máximos de linhas previstos, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.

A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo(a) próprio(a) candidato(a), em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato(a) a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

A Versão Definitiva da Prova Discursiva não deve ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do(a) candidato(a).

O(A) candidato(a) não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva para sua realização.

A Folha de Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. A folha para rascunho, no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.

O(A) candidato(a) terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado(a) do concurso público se:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar o texto redigido na Folha de Versão Definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolver o texto com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

Discursiva

Execução da Despesa Orçamentária na Administração Pública

Após o recebimento do crédito orçamentário, as Unidades Gestoras da Justiça Eleitoral ficam habilitadas a dar início à execução da despesa pública. Esse processo deve seguir um fluxo estruturado em três estágios essenciais: empenho, liquidação e pagamento. A correta execução desses estágios é fundamental para assegurar a legalidade, o controle e a transparência na aplicação dos recursos públicos, garantindo uma gestão orçamentária e financeira eficiente na Justiça Eleitoral.

Considerando esse contexto:

- a) conceitue o estágio do empenho, explicando suas principais características na execução da despesa pública;
- b) cite os tipos de empenhos, explique as particularidades de cada um e forneça um exemplo ilustrativo para cada caso;
- c) explique como deve ser formalizada a emissão do empenho e cite quatro elementos essenciais que devem constar no respectivo documento.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

